

Comissão mantém rádio e TV dependentes de concessão

RODRIGO BARBOSA
Enviado especial o Itapava

Paulo Whittaker 30 Jul 86

Raissa de Castro

CONSTITUINTE 86
A transformação do rádio e televisão em "serviço privado", proposta pelo consultor-geral da República, José Saulo Ramos, foi rejeitada ontem, por dezessete votos a três, depois de duas horas de debate na reunião plenária da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, em Itaipava, distrito de Petrópolis (66 km do Rio). A decisão foi pela manutenção destes meios de comunicação como "serviços públicos", que podem ser explorados pela iniciativa privada mediante concessão. Duas novidades foram introduzidas: a necessidade de sentença judicial para suspender ou cassar a concessão e a permissão a qualquer pessoa de provocar licitação para ocupar uma frequência disponível.



Hélio Jaguaribe



José Afonso da Silva

O sociólogo Hélio Jaguaribe e o jurista José Afonso da Silva foram os principais defensores da posição vitoriosa. "No mundo moderno, este é o mais público de todos os serviços. Com a queda da autoridade da Igreja, da família, do professor, a televisão assumiu o papel que as tragédias gregas e o Homero exerciam na formação humana na Antiguidade. O imperativo público destes serviços é indeclinável", disse Jaguaribe. "Não há retrocesso. Regredir é dar à iniciativa privada a liberdade de exploração de um serviço essencialmente público", disse José Afonso. A maioria da comissão optou pela solução defendida por ele: "A sociedade, através do Estado, é que tem que controlar estes meios de comunicação". Saulo Ramos pretendia caracteri-

zar o rádio e a TV como "serviços privados de utilidade pública. Vem da legislação de Mussolini, na Itália, a idéia de considerar estes serviços de telecomunicações como bens públicos. Manter este conceito é não evoluir, e parece que estamos tímidos. Com essa decisão, nossa Constituição não está chegando ao terceiro milênio. Se estivéssemos sentados neste mesmo lugar, no século passado, aprovaríamos a dependência do poder público para a publicação de livros e jornais. Estaríamos a favor da imprensa régia", declarou. Ele citou o exemplo dos Estados Unidos, "onde é tal a obsessão pela liberdade que as grandes emissoras ocupavam qualquer frequência de TV sem determinação do Estado", e da Itália, "onde a Corte Constitucional

decidiu que o monopólio estatal da televisão é inconstitucional, pois fere o direito de informação". O consul or-geral recebeu o apoio do professor Cândido Mendes de Almeida e do ex-deputado José Meira.

Depois de rejeitar a proposta de Saulo Ramos, a comissão aprovou o texto sugerido pelo advogado Clóvis Ferro Costa, que estabelece que "o Estado publicará, anualmente, as frequências de rádio e TV disponíveis em cada unidade federativa e qualquer um poderá provocar licitação. A objeção de interesse público para impedir a licitação poderá ser impugnada judicialmente". E incluiu um parágrafo limitando a "suspensão ou cassação" da concessão de canais de rádio e TV à determinação de sentença judicial.

PROPOSTAS PARA A CONSTITUINTE

Table with 4 columns: Propostas aprovadas pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Anteprojeto de Constituição do jurista Fábio Konder Comparato, solicitado pela direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, and Propostas da CNBB, formuladas durante a 24ª Assembleia Geral da entidade, ao Congresso Constituinte. Rows include Família, Saúde e Previdência e Assistência Social, Serviço Militar, Sindicalismo, Soberania, and Trabalho.

Proposta a extinção do atual vestibular

Rogério Castro 4 Jul 86

A extinção do sistema vestibular será proposta pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais no anteprojeto de Constituição que examinará ao Congresso Constituinte. A sugestão, aprovada ontem em reunião plenária, será incluída nas "disposições transitórias" do anteprojeto: "É abolido o atual sistema de concurso vestibular. A lei fixará critérios mínimos para o acesso ao ensino superior e respeitará a autonomia das universidades para estabelecer suas próprias normas de admissão".



Jorge Amado

ser recomendável para toda a universidade brasileira". Ele preferia que a comissão optasse por deixar "em aberto, para cada universidade decidir, a forma de ingresso no terceiro grau, sem estabelecer expressamente o fim do vestibular". A idéia de Buarque foi parcialmente atendida: embora tenha colocado, expressamente, a extinção do vestibular, a plenária aprovou um parágrafo que estabelece que, "enquanto não for regulado pela lei competente, o regime de admissão será disciplinado pelas universidades públicas, no que lhes diga respeito, e pelo Ministério da Educação, no que se refira aos demais estabelecimentos de ensino superior". A redação final surgiu na madrugada de ontem, antes da plenária da manhã, quando um grupo de conselheiros se reuniu para discutir uma proposta que superasse as divergências provocadas pelo tema do dia anterior.

A "adoção de um sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público que, na forma da lei, confira a candidatos economicamente carentes, desde que habilitados, prioridade de acesso, até o limite de 50% das vagas" foi outra decisão da comissão, no capítulo referente à educação. A sugestão partiu do professor Hélio Santos, que representa o Movimento Negro de São Paulo —ele queria "a reserva, pura e simples, de 50% das vagas para os carentes", mas foi incluída a necessidade de habitação. "O resultado atende parcialmente a nossa intenção", disse Hélio Santos. O escritor Jorge Amado, 73, principal defensor da proposta de Hélio Santos, afirmou que "ela acabou provocando outra decisão histórica importante ao ques-

tionar o acesso às universidades: o fim do vestibular".

Críticas

O reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque, 42, criticou a decisão sobre o vestibular: "Concordo com a necessidade de abolição desse sistema, mas a realidade é que não há, atualmente, qualquer alternativa eficiente e viável que possa No encerramento do seu esforço concentrado, onze dias de reuniões plenárias no Centro de Estudos e Conferências do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio, a comissão aprovou também, para inclusão em seu anteprojeto, que o ensino religioso nas escolas oficiais "será facultativo, sem constituir matéria de currículo obrigatório".

Designados pelo presidente da República, os membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais escolheram Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio, para preparar o anteprojeto da nova Constituição brasileira. Enquanto discutiam, no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon), do Ministério das Minas e Energia, os direitos do cidadão, dos Estados e municípios do país, a população da região sequer sabia o que significa Constituição e qual seu efeito prático na vida de cada um.

O ceramista Olinto Saraiva, 33, revela o esteticismo comum a vários outros habitantes de Itaipava quando

Conselheiros esperam Carta 'renovadora'

O futuro Congresso constituinte provocará "grandes surpresas" na elaboração da nova Constituição Brasileira, na opinião de membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Apesar das ressalvas quanto ao processo eleitoral e a organização de "setores conservadores" para impedir mudanças sociais, eles esperam uma Constituição "renovadora", aproveitando muitas das inovações que a comissão está propondo.

Itaipava desconhece os trabalhos

Designados pelo presidente da República, os membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais escolheram Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio, para preparar o anteprojeto da nova Constituição brasileira. Enquanto discutiam, no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon), do Ministério das Minas e Energia, os direitos do cidadão, dos Estados e municípios do país, a população da região sequer sabia o que significa Constituição e qual seu efeito prático na vida de cada um.

lhe é revelada a função da comissão, do futuro Congresso e de uma nova Constituição. "De que adianta mudar a lei? Ninguém cumpre", afirmou Olinto, assim como o comerciante Célio Stumpf, 47, e a estudante Marta Olívia, 18, tem idéias separatistas: acha que Itaipava viveria melhor como município, sem subordinar-se a Petrópolis. Nenhum deles soube, porém, que a comissão, enquanto esteve em Itaipava, aprovou a possibilidade da criação, em áreas que, como Itaipava, não têm condições de emancipação, dos chamados "distritos especiais", com administração própria, independente da sede do município e vinculada ao Estado.

O presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, faz uma distinção entre os trabalhos da comissão e os dos futuros constituintes: "A comissão, formada por intelectuais, juristas, trabalha com idéias, enquanto o Congresso, formado por políticos eleitos, trabalha com interesses". Esta condição, segundo o ex-chanceler, permitirá que o Congresso "filtre, entre as propostas da comissão, as mais adequadas às diferentes realidades regionais. Mas, algumas inovações que estamos propondo tem tal força social que não acredito que possam ser evitadas por uma Constituição brasileira contemporânea". Entre estas inovações, Arinos incluiu "itens novos da declaração de direitos, que fortalecem a cidadania", como, por exemplo, o "defensor do povo" que teria a função de "zelar pelo respeito do Estado aos direitos assegurados na Constituição".

expressivas da sociedade, os constituintes serão compelidos a assumir posições marcadas por linhas programáticas sérias. O imperativo da realidade será o agente modificador", declarou Jaguaribe. "O trabalho dos constituintes será melhor do que está sendo previsto, de forma pessimista, por alguns setores".

"boa parcela das sugestões inovadoras da comissão", acredita o ex-deputado udenista.

Esforço útil

Terminou ontem em Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio, o "esforço concentrado" da comissão —onze dias de reuniões plenárias em que foram discutidos e votados três dos dez capítulos do anteprojeto constitucional da comissão. Dos 51 membros do grupo, 43 passaram pelo Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério das Minas e Energia, onde, isolados entre bosques e montanhas, participaram de nove horas diárias de reunião.

Na segunda etapa do "esforço", realizada na última semana, os conselheiros aprovaram o fim da isenção de imposto de renda para parlamentares, militares, magistrados e religiosos, a autonomia política para o Distrito Federal, que adquire o direito de eleger seu governador, a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em Estados, a criação do imposto sobre venda a varejo, de competência municipal, a possibilidade de organização de "distritos especiais", em regiões sem condições de adquirir a categoria de município, mas que necessitem de administração própria.

O secretário-executivo da comissão, Mauro Santayana, considerou bastante "útil, proveitosa" a iniciativa do "esforço concentrado". Esta também foi a avaliação da comissão que decidiu repetir o encontro de 4 a 9 de agosto, novamente em Itaipava.

O sociólogo Hélio Jaguaribe, 63, estabelece diferenciação semelhante a de Arinos quanto às características dos constituintes e dos membros da comissão. "Trabalhamos com mais liberdade, pois não temos compromissos senão com as nossas convicções", declarou. Ele acredita que, por esta razão, o resultado do trabalho da comissão "é um documento adequado ao Brasil atual, que reflete bem o pensamento organizado sobre a sociedade brasileira atual". Para Jaguaribe, "a comissão está balizando o terreno para os constituintes, que encontrarão pronta uma série de estudos preliminares sobre os temas constitucionais". Quanto ao trabalho do Congresso constituinte, o sociólogo prevê "um momento interessante: vai ocorrer uma significativa diferença entre a procedência dos membros do Congresso e as decisões posteriores. Embora recrutados em processo eleitoral longe do desejável e provenientes de estruturas partidárias pouco